

“SOBRE OS MUNDOS DO TRABALHO DA ESCRAVIDÃO” ENTREVISTA – MARIA HELENA P. T. MACHADO

Antonio Alexandre Isidio Cardoso*

Maria Clara Carneiro Sampaio**

Na ocasião do IV Seminário Internacional dos Mundos do Trabalho, ocorrido em Manaus entre 22 e 25 novembro de 2016, foi entrevistada a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado. A pesquisadora, que é professora titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo, tem contribuições ímpares para História Social da Escravidão, tanto para a historiografia brasileira, como em esfera internacional. Importantes problemáticas concernentes aos Mundos do Trabalho alicerçaram seus trabalhos desde sua pesquisa de mestrado em meados dos anos 1980.

Seu primeiro livro, *Crime e Escravidão*, de 1987, revolucionou a forma como a resistência escrava era tratada até então. Para além das formas tradicionais de luta - rebeliões, revoltas, fugas, formação de quilombos etc. – a resistência escrava também precisava ser compreendida nas ações e omissões que atravessavam o âmbito do cotidiano da vida de escravos e escravas. A agência escrava penetrava também dimensões mais obscuras da vida privada e do domínio do que se creditava como “invisível”. Para seu segundo e mais famoso livro sobre a Província de São Paulo, *O Plano e o Pânico*, Maria Helena explora um riquíssimo corpo documental demonstrando os limites do controle sobre as trabalhadoras e trabalhadores escravizados que pervertiam a ordem escravocrata na década da abolição¹.

Em trabalhos mais recentes, a pesquisadora adentrou a senda de discussões sobre raça e seus intercursos com a História da Ciência, que tiveram grande peso na formação de argumentos justificatórios de políticas de trabalho forçado voltadas a populações subalternizadas nas Américas ao longo do século XIX.

No que se refere à Amazônia, Maria Helena colocou em causa em sua tese de livre docência a trajetória da chamada *Expedição Thayer*, capitaneada pelo naturalista Louis

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

¹ MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.; MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 2010.

Agassiz, que esteve em Manaus em 1865-1866². O viajante suíço, professor da Universidade de Harvard, era um dos entusiastas de teorias de “degeneração pela hibridização de raças”, que posicionavam populações mestiças, indígenas e negras em escalas de humanidade inferiores. Acoplada à pesquisa sobre o viajante, a autora também devassou projetos de expatriação de populações afrodescendentes dos Estados Unidos para a Amazônia, que enxergavam a floresta equatorial do Norte do Brasil como área propícia para segregar e disciplinarizar trabalhadores não-brancos.

Para além disso, Maria Helena tem demonstrado interesse no tema da maternidade na escravidão, estudado em um projeto de pesquisa financiado pelo *Arts and Humanities Research Council* (AHRC) do Reino Unido, que vigorou entre 2015 e 2016, que reuniu a historiadora brasileira e outras professoras interessadas em pesquisas sobre escravidão e gênero: Diana Paton, da Universidade de Edinburgh, e Emily West, da Universidade de Reading. Junto a Camillia Cowling, da Universidade de Warwick, as docentes organizaram dois dossiês intitulados "*Mothering Slaves: Motherhood, Childlessness and the Care of Children in Atlantic Slaves Societies*", publicados nas revistas *Slavery and Abolition* e *Women's History Review*, em junho e agosto deste ano.

A entrevista que segue apresentará estes e muitos outros aspectos da atuação de Maria Helena P. T. Machado, que gentilmente atendeu ao pedido do GT Mundos do Trabalho Amazonas, disponibilizando um rico panorama de sua exitosa trajetória acadêmica.

ENTREVISTA

1. Atualmente entende-se que a História da Escravidão é parcela fundamental da História do Trabalho. Essa assertiva é ainda mais contundente quando tratamos do Brasil, país cuja trajetória histórica é marcada pelos desdobramentos perniciosos de vários séculos de vigência de regimes de servidão. Como especialista e autora de extensa obra na área da História Social da Escravidão, em que perspectiva você avalia os encontros (e desencontros) da categoria “trabalho” com os estudos sobre escravidão no Brasil?

MHM: Quando eu comecei meu Mestrado no início da década de 1980, a bibliografia que líamos nos ensinava que os escravos não podiam ser considerados como propriamente trabalhadores. Vistos como parte do sistema de produção, eles eram analisados enquanto integrantes dos custos de fundação e manutenção da plantation, juntamente com os animais, máquinas e custos de manutenção. As análises da história econômica e da sociologia sobre o

² MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – USP, São Paulo, 2005.

tema estavam baseadas em discussões sistêmicas, que eram construídas a partir de perspectivas macro e baseadas em certa compreensão do marxismo, que buscava explicações amplas para o entendimento da história dos países coloniais escravistas. Contudo, desde os anos 1940, as discussões a respeito da história do Brasil já tinham claro a necessidade de se considerar a escravidão como um fato fundador da nossa história e dos nossos desafios políticos e sociais. Surgem importantes trabalhos de orientação marxista que através da visão da Segunda Internacional vão buscar estabelecer as etapas tidas como básicas na história da Europa em direção a revolução comunista. No Brasil seria preciso buscar e localizar estas etapas para que os intelectuais pudessem compreender o caminho político da nação. Assim, o objetivo não era o estudo da escravidão, mas do sistema escravista, o que foi denominado por alguns de escravismo. Aqui a preocupação era muito mais teórica do que da pesquisa histórica. Aos poucos os historiadores e sociólogos começaram a se preocupar com a pesquisa, apesar de permanecerem de uma forma ou de outra vinculados a moldura teórica e às questões e perguntas da economia-política.

Uma questão central era a do atraso. Todos os nossos modelos explicativos partiam da certeza que vivíamos em atraso em relação aos países centrais – ou capitalistas plenamente realizados – e que, em nosso caso, precisávamos analisar sistematicamente as etapas pelas quais havíamos passado, com vistas a compreender como poderíamos implantar na periferia um capitalismo plenamente realizado, cujo advento, nesta compreensão, dependia da realização da chamada revolução burguesa. Como já mencionei, estas análises se inspiravam – mais ou menos diretamente – em certo marxismo, e derivava para inúmeras veredas analíticas, que desembocavam em interpretações diversas da história do Brasil. Em inícios da década de 1960, a historiografia marxista começa a mudar de curso admitindo mudanças e particularidades do esquema etapista do desenvolvimento da história - comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo e socialismo - considerando modos de produção peculiares às regiões não-integradas à chamada história geral ou universal. Aparecem modelos como modo-de-produção asiático e modo-de-produção colonial. Ao mesmo tempo, a análise sobre a segunda servidão no Império Russo passa a definir as linhas de pensamento a respeito do trabalho compulsório, estabelecendo a estrita necessidade dos países em processo de capitalização de se apropriarem de excedentes de riqueza produzidos em modos-de-produção pré-capitalistas. A teórica alemã Rosa de Luxemburgo sublinhou a possibilidade da existência de modos-de-produção pré-capitalistas ou auxiliares dentro do modo dominante capitalista, sendo os recursos do primeiro dirigidos para o segundo.

A visão dos ciclos, das etapas – buscava similaridades entre o sistema medieval europeu e o escravista colonial atlântico – a análise via circulação de mercadorias, isto é, do famoso mercantilismo, aparecia como chave explicativa do processo. A definição de um modo-de-produção colonial escravista integra-se à visão da dependência. Neste esquema explicativo a escravidão seria um subsistema de caráter pré-capitalista articulado a um processo mundial de acumulação primitiva de capitais, também pré-capitalista ou não totalmente capitalizado. O desenvolvimento da colônia - vida econômica, social, ideologia das elites, produção intelectual, etc. - responderia aos influxos externos. A visão aqui é sistêmica e não orgânica e interna. Embora esta interpretação tenha sido vitoriosa, tornando obsoletas as longas discussões sobre o caráter feudal do escravismo americano – ainda assim, a ideia de que o escravizado fosse um trabalhador passava longe. Se os próprios trabalhadores europeus antes dos processos de proletarianização completa e organização sindical eram vistos como apenas capazes de ações pré-políticas, imagine os africanos e seus descendentes, então considerados como um grupo o qual a própria condição humana havia sido subtraída. Além do mais, estas visões, por serem evolucionistas, isto é, inspiradas em interpretações que viam

a humanidade organizada em uma escala ascendente, com os então considerados povos primitivos em sua base, sofriam pelo racismo inerente a suas interpretações. Em tais pontos de vista, africanos primitivos e seus descendentes estavam muito longe de poderem atuar de forma racional, organizada e segundo uma percepção política. Todas estas interpretações começaram a ser paulatinamente superadas por aquilo que entre nós convencionamos chamar de nova história social, a qual derivava de visões renovadas do marxismo, que propunha a terceira via, menos rígida em termos de suas etapas e interpretações.

É desta renovação que surgem historiadores como E. P. Thompson e, no caso da escravidão, a obra de E. Genovese, que partiam de uma interpretação marxista não-ortodoxa. Thompson foi extremamente feliz ao mostrar como as atitudes coletivas de comunidades tradicionais podiam e, de fato, se tornavam políticas. Genovese renovou o estudo da escravidão, analisando as relações entre senhores e escravos no interior da plantation, discutindo políticas paternalistas/estratégias senhoriais de exploração/resistência escrava. Embora o ponto de vista de Genovese tenha sido já bem superado, mostrando que os escravos podiam e realmente possuíam uma visão de mundo, relações familiares e crenças culturalmente independentes, sua interpretação clássica permaneceu como uma visão importante para compreendermos como se dava a produção escravista ao nível das relações sociais de trabalho. De lá para cá, a historiografia se renovou, os conceitos que separavam os operários de outros tipos de trabalhadores foi bastante relativizado, o próprio conceito do político enquanto atividade formal foi superada, de forma que os escravos puderam adentrar a cena historiográfica – juntamente com indígenas, trabalhadores dependentes, mulheres, crianças e outras categorias anteriormente desprezadas – enquanto atores sociais que trabalham e refletem sobre a produção social que realizam, expressando formas de ver e de viver. Claro está que a historiografia da escravidão ainda se debate com muitas questões difíceis de serem respondidas, e uma delas se refere exatamente ao escravizado enquanto ser culturalmente definido por matrizes africanas e/ou enquanto ser definido pelo seu trabalho enquanto escravo.

2. A discussão sobre os significados da escravidão e da liberdade nas práticas sociais está presente em sua produção acadêmica desde sua primeira obra de grande porte (*Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*, de 1987). Desde então, a utilização de categorias como a do “trabalho dependente”, dentre outras, como alternativa para pensar o trabalho não-escravo faz parte de suas contribuições para a História Social. De que forma essas categorias contribuem para pensar não só o tardio pós-abolição brasileiro, mas também outras experiências de trabalho entre a escravidão e a liberdade nas Américas?

MHM - Esta também é uma antiga discussão que foi retomada em outros parâmetros pelos estudiosos da escravidão, nos últimos anos. Vamos retomar por alto a história desta questão. Começo lembrando dois autores brasileiros, que foram importantes para a discussão a respeito das chamadas atividades autônomas ou paralelas dos escravos, que definiu, por longo tempo, os caminhos da nossa compreensão a respeito da formação do campesinato americano. São eles, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. Este e Hector Brignoli - inspirados na teoria de Tadeuz Lepkowski - conceituaram a *brecha camponesa* como espaço existente dentro do modo-de-produção escravista, que permitia aos escravos realizarem em seu tempo livre atividades econômicas não-integradas a economia da *plantation*. Estes autores argumentaram também que as atividades econômicas dos escravos não eram, na verdade, tão independentes,

pois atendiam principalmente aos interesses dos senhores em diminuir o custo da reprodução da força-de-trabalho.

O ponto de vista marxista, que sublinhava a escravidão enquanto sistema vinculado ao desenvolvimento do capitalismo nas áreas metropolitanas, acabava por desqualificar a história interna das sociedades coloniais. O escravo era visto como meio-de-produção, colocado na mesma categoria que os insumos e ferramentas de trabalho. Novas visões, provenientes do esgotamento das explicações sistêmicas apontaram a necessidade de se olhar a dinâmica das sociedades escravistas por dentro. Antropólogos, historiadores, estudiosos da cultura e literatura reverteram as análises procurando recuperar o papel dos escravos e a história das sociedades escravistas como produto da ação, luta e construção cultural e política dos escravos e seus descendentes. Um dos textos mais representativos de Sidney Mintz para discutir estas questões é o artigo clássico *Was the plantation slave a proletarian?* (1978), que saiu em português no Livro *O Poder Amargo do Açúcar*³. Neste, Mintz discute como a escravidão atlântica conviveu com formas variadas de trabalho dependente ou compulsório, tornando a escravidão uma das formas de exploração do trabalho de povos variados (indígenas, africanos, europeus na forma da servidão temporária, trabalhadores endividados, peões, etc.), tornando a escravidão propriamente dita uma modalidade em meio a muitas. Ora, ao mesmo tempo, o próprio Mintz sugere que o escravo era também um camponês. Assim fazendo, Mintz complexificou a categoria “trabalho” que opunha o trabalho livre ao trabalho escravo, como dois polos distintos e excludentes. O próprio conceito de transição do trabalho escravo para o livre – cuja inspiração derivava das análises da transição do feudalismo para o capitalismo – foram, desta forma, desafiadas por análises detalhadas que mostraram a complexidade do trabalho compulsório nas Américas.

A compra da alforria é um exemplo clássico de como a saída da escravidão por si só não levava à liberdade, ainda mais porque temos que conceituar exatamente o que podemos entender como liberdade, sem anacronismos. Os contratos de trabalho a que se submetiam os libertandos são bons exemplo, uma vez que estes autorizavam formas de controle do trabalhador por vezes mais estritos que o próprio trabalho escravo. A fidelização do trabalhador ao seu patrono/patrão, as dificuldades de deslocamento, as prisões por vadiagem, o sanitarismo e muitos outros obstáculos tornavam o egresso da escravidão presa fácil de relações de trabalho parcamente remuneradas e fortemente controladas. A mulher escravizada, que se dedicava ao trabalho doméstico, é um dos exemplos mais bem-acabados desta situação. De fato, para mulheres livres, libertas ou cativas, os caminhos da autonomia estavam marcados por restrições de gênero, que determinavam o ambiente doméstico como quase o único espaço de sobrevivência. Às mulheres, o caminho da autonomia continuava a ser negociado no âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal.

É com objetivo de avaliar o impacto da década da abolição na vida de mulheres escravas e libertandas, de forma que eu pudesse recuperar os matizes das relações de poder, dependência e autonomia vividos por essas trabalhadoras em vias de libertação, que me voltei para o âmbito da casa e da domesticidade, em artigos como *Between Two Benedicts: Slave Wet-Nurses Amid Slavery's Decline in Southeast Brazil* (Dossiê *Mothering in Slavery* organizado por Maria Helena P. T. Machado, Diana Paton, Emily West, Camillia Cowling in *Slavery & Abolition*, 2017) ou em artigo anterior *Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)*” (Afro-Ásia,

³ MINTZ, Sidney W. *Was the Plantation Slave a Proletarian?* *Review (Fernand Braudel Center)* 2, no. 1 (1978): 81-98. <http://www.jstor.org/stable/40240791>; MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

2010). Penduradas em suas promessas de alforria, formalmente vinculadas a alforria condicional, a compra da alforria por meio de contratos terceirizados ou, ainda, amarradas a contratos de trabalhos referentes a pagamento por dívidas diversas, libertas, livres e libertandas prestavam serviços variados no âmbito doméstico, que assim se caracteriza como espaço privilegiado para acompanharmos o universo do trabalho de mulheres em vias de libertação. Reconstituindo biografias de criadas e amas-de-leite, escravas, libertas e libertandas, procurei recuperar os meandros das relações de dependência, envolvidas em terríveis tensões, que se desenrolavam no ambiente da casa no momento histórico do ocaso da escravidão. Em outra chave, é preciso explorar a porosidade entre as formas de trabalho tidas como livres e compulsórias a partir de parâmetros que nos permitam perceber que até o advento de um mercado de trabalho plenamente capitalizado, os trabalhadores se encontravam em situações extremamente fragilizadas, o que, na prática, recaía na aceitação de relações de dependência e controle. Em meu artigo, *From Slave Rebels to Strikebreakers: The Quilombo of Jabaquara and the Problem of Citizenship in Late-Nineteenth-Century, Brazil*; (*Hispanic American Historical Review*, 2006)”, por exemplo, mostrei como escravos fugidos, libertandos e outras categorias de trabalhadores egressos da escravidão trabalharam lado a lado, e em condições similares aos imigrantes recém-chegados. Mais interessante ainda é que estas categorias podiam disputar as mesmas vagas de trabalho, o que favorecia aos patrões. Diversos estudiosos têm explorado este tema, mostrando que, por um lado, o escravizado foi um trabalhador como outros em nossa história, que sua situação encontrou eco em outras formas de exploração do trabalho experimentadas concomitantemente a escravidão, e que a saída da escravidão implicou em formas de dependência cuja superação ainda buscamos realizar plenamente.

3. Em seu livro “Crime e Escravidão” foi desenvolvida uma reflexão sobre o conceito de resistência escrava, introduzindo frutíferas problematizações sobre "agência" (e/ou resistências práticas cotidianas próprias do escravismo) que influenciariam toda uma geração de historiadores. A obra, para além de um clássico dos estudos sobre a escravidão no Brasil, permanece extremamente atual. Nesse sentido, de que forma as reflexões sobre as muitas possibilidades de resistência ainda permanecem pouco exploradas, e como poderíamos pensar seus limites?

MHM: Em termos conceituais, minha formação reflete a guinada da historiografia e do pensamento social que ocorreu no Brasil na década de 1980/1990, e continua evoluindo. Em primeiro lugar, tenho que sublinhar o curso que realizei em 1984 com a Maria Odila Leite da Silva Dias, no qual tive acesso a leituras e discussões que revolucionaram minha perspectiva. Eu defendi meu mestrado em 1985, com o “Crime e Escravidão”, que era produto de uma pesquisa com processos criminais que envolviam escravos, realizadas em Taubaté e Campinas. Naquela época, apenas Suely Robles Reis de Queiroz havia apresentado um levantamento destes crimes, porém, com uma perspectiva diferente. Meu objetivo era analisar os crimes por dentro, revelar as dinâmicas que haviam ocasionado tais eventos, descobrir a racionalidade, motivos e formas de agir dos escravos no contexto das fazendas, os quais poderiam revelar as motivações, racionalidade e objetivos do escravo ou – melhor dizendo – dos grupos de escravos. Inicialmente, minhas leituras da escravidão eram muito marcadas pela literatura lida na graduação – Otavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, entre muitos outros – que levavam a discussão para a abordagem que, hoje, convenciamos chamar de sistêmica. Porém, neste quadro a leitura do Stanley Stein foi

muito marcante, o “Crime e Escravidão” deve muito a pesquisa minuciosa que ele fez, na qual maneiras de viver, trabalhar e folgar dos escravos do Vale do Paraíba foram reconstruídos.

Já a literatura internacional veio possibilitar a que eu percebesse que era possível conceber uma nova estrutura interpretativa. Certamente E. P. Thompson foi uma influência de longo prazo. Porém, naquela época, o grande impacto foi o livro “*Albion’s Fatal Tree. Crime and Society in Eighteenth Century England*”, que mostrava como se poderia entender a lei, sua interpretação social, os costumes e as mudanças, como formas de reconstruir a história social⁴. Mas, no meu caso, o que mais me marcou nesta época foi o E. Genovese e o H. Gutman. A abordagem que desenvolvi naquela época buscava a dinâmica da escravidão e de uma cultura escrava, vista por meio dos conceitos de acomodação/resistência e autonomia. Neste período, ainda não havia emergido, com clareza, que devíamos nos voltar para o estudo das autonomias e recriações culturais, com uma busca de conexão com a história da África. No entanto, a questão das identidades e da cultura eram muito presentes.

Tenho que sublinhar ainda que vim de uma formação marxista, proveniente da minha família, quanto, na graduação, me interessei especialmente pelos cursos e leituras teóricas. Minha perspectiva era ir além daquelas discussões a respeito do sistema, mas, eu nunca me afastei de uma preocupação com o contexto maior, com as forças estruturais e conjunturais que fazem o contexto do escravo inteligível e parte da história. Uma outra influência forte para mim foi o Steve Stern “*Resistance, Rebellion, and Consciousness in Andean Peasant World*”⁵. Eu já me interessava pela questão da consciência do grupo, das organizações dos pobres para resistir e como poderia ser gerada uma “consciência de classe na ausência da classe”, entendida em termos clássicos. Publiquei o “Crime e Escravidão” em 1987 e, em 1988, o artigo “Em torno da autonomia escrava”⁶. Outra influência visceral foi a de Sidney Mintz. Sem ele eu não teria desenvolvido as questões que enfoquei estudando os temas do acesso à terra pelos escravos, roças, comunidades de quilombo.

Meu interesse pela organização dos grupos pré-políticos – como era então entendida a política fora dos quadros formais dos sindicatos e partidos – já havia sido despertada na pesquisa do “Crime e Escravidão” e tomou corpo no “Plano e o Pânico”, que buscava mostrar como os pobres – mas, neste grupo, especialmente os escravos – podiam impactar o mundo da política. Certamente que, nos finais dos anos de 1980 e inícios de 1990, já sabíamos que a abolição havia sido um movimento popular. Todos os estudos clássicos sobre a abolição falam nisso. Porém, a interpretação dominante era que a liderança dos parlamentares e dos intelectuais das camadas médias – jornalistas, advogados etc- é que haviam realmente feito o movimento. O povo havia feito figuração e os escravos (libertos, libertandos, etc) haviam sido totalmente passivos.

Certamente que estas novas perspectivas estavam vinculadas ao processo de redemocratização, de construção de uma nova perspectiva política. Mas, ao lado disso, esta abordagem ou formas de ver a história também estavam vinculadas ao declínio das grandes interpretações e utopias, que permitiu a emergência de novos sujeitos da história. O descentramento da narrativa nos deu chance de pensar em novas formas de narrar a história,

⁴ HAY, Douglas. LINEBAUGH, Peter. RULE, John G., THOMPSON, E. P., WINSLOW, CAL. *Albion's fatal tree: Crime and society in eighteenth-century England*. New York, Pantheon Books, 1975.

⁵ STERN, Steve J.(org) *Resistance, Rebellion, and Consciousness in the Andean Peasant World – 18th to 20th centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava. *Revista Brasileira de História*, V.8, N.16., 1988.

no qual o indivíduo e o cotidiano podem se tornar nosso alvo de interesse. Não há mais uma verdade a ser atingida, uma narrativa correta ou canônica, uma explicação, mas sim aproximações, enredos e pontos de vista imersos em contextos complexos. Meu interesse fundante em todos os meus trabalhos sempre se assentou na busca da compreensão da agência histórica daqueles que aparentemente não possuíam o poder formal de decidir suas próprias vidas. Escravos/as, trabalhadores dependentes, mulheres, pessoas sob as quais caíam o braço forte da racialização, pobres e iletradas de forma geral, ainda nos inícios da década de 1980, surgiam para nós como uma massa anônima, à qual não conseguíamos alcançar. A ideia de que o ser humano possua uma capacidade de ação histórica é relativamente nova entre nós e tem a ver como a fragmentação das grandes narrativas históricas, que, de alguma forma, desmontou a utopia da ação de massas como salvação da humanidade. Sabemos agora que quando falamos de classe operária, por exemplo, temos que nos referir não apenas ao homem sindicalizado, que provém de uma cultura masculina que se guia por certos parâmetros, mas temos que nos referir igualmente a mulher, que talvez tenha a mesma função do marido, mas ganhe 30 a 50% a menos que ele, ou que se dedique a um trabalho informal ou doméstico, e que esta mulher faz dupla jornada de trabalho, e tem perspectivas e demandas diferentes. Não dá mais para se falar, igualmente, de uma família escrava, sem considerar as relações conjugais entre marido e mulher neste casal, pois o casamento era muito vantajoso para os homens, mas, para as mulheres, a situação podia ser diversa. O que quero dizer é que precisamos fugir dos conceitos muito gerais e das grandes narrativas para encontrar vozes diferentes, que exigem também seu lugar na história. Eu sempre usei o termo agência, embora sob este, durante certo período, tenha pairado certa desconfiança por ser esta uma palavra vinda do inglês, *agency* e não ter paralelo em português. Muitos historiadores optaram pelo uso do termo protagonismo, ao qual fui sempre crítica, devido aos perigos que tal expressão esconde, a de alimentar interpretações voluntaristas.

No meu entender, agência histórica não significa protagonismo, mas sim guarda a ideia de que qualquer um de nós, mesmo quando desprovidos de protagonismo e massacrados por circunstâncias históricas deletérias, ainda assim mantemos nossa reflexão humana e fazemos opções dentro de um leque que pode ser extremamente limitado. Nós como historiadores sociais, buscamos a recuperação dessa dimensão da escolha humana em diferentes contextos. Eu gosto do artigo de Walter Johnson, “On Agency” (*Journal of Social History*, 2003), exatamente pela crítica que ele faz a ideia de que a agência produza sempre heróis da história, o que significaria dizer que os agentes históricos, os escravos/as, homens e mulheres em situação de opressão, teriam sempre consciência coletiva das consequências de seus atos. Essa interpretação idealizada é bastante perigosa pois pode nos levar a interpretar de maneira muito pouco realista a vida extremamente limitada em termos de escolhas a que foram submetidas estas pessoas. Embora o conceito de agência histórica tenha sido fundamental em meu trabalho, sempre tive claro que os contextos e circunstâncias no qual viveram milhões de escravizados/as foi extremamente injusto, brutal e basicamente massacrante. As escolhas históricas dos escravos/as foram feitas nesta situação, e é nesta consciência que nós historiadores devemos operar com este conceito.

4. Quando tratamos sobre o tema da escravidão na Amazônia chama atenção sua centralidade em alguns debates sobre os destinos da instituição escravista nas Américas. Em sua tese de Livre-docência *Brasil à vapor: Raça, Ciência e Viagem no Século XIX* (2005), você discutiu várias nuances dos planos do Militar e Oceanógrafo estadunidense Matthew Fontaine Maury, que publicizou internacionalmente uma agenda de expatriação de escravos norte-americanos para a Amazônia, como meio de fortalecer as *plantations* do Sul

dos Estados Unidos, que procuravam um “*Deepest South*” - como asseverou Gerald Horne em estudo já clássico. Desde então, você orientou pesquisas que discutiram o tema, e que apontaram ainda mais problemáticas. Nessa perspectiva, como você avalia a associação entre a Amazônia e os discursos de “raça e ciência” que indicavam a floresta como “melhor” local para um novo recrudescimento da escravidão?

MHM: Ao longo dos anos, enveredei por muitos temas – alguns, aparentemente fora do tema da escravidão. No entanto, na realidade, tudo o que eu estudei esteve ligado ao grande problema da escravidão e da necessidade de sua superação. No correr do tempo, novas pesquisas e leituras me mostraram que o estudo das mentalidades das elites era muito importante, pois permitia que se compreendesse melhor a moldura intelectual e ideológica no qual haviam se desenvolvido os debates sobre a escravidão e a abolição. Foi enveredando por estes caminhos que encontrei de maneira clara o debate sobre raça. Embora eu tenha feito estudos sobre como os cientistas e intelectuais produziram suas teorias, meu interesse sempre foi pela história social da ciência, quer dizer, minha preocupação se voltou para descobrir como essas ideias foram formadas no meio social e a ele retornaram e foram reinterpretadas ou colocadas em uso de maneiras diversas. Foi explorando este campo, que enveredei para novas fontes – diários, escritos pessoais, desenhos e, finalmente, coleções fotográficas. Esta foi uma grande renovação da minha perspectiva e me possibilitou fazer trabalhos muito interessantes, inclusive a curadoria de exposições fotográficas. Vou contar como tudo isso se desenvolveu em minha trajetória.

Nos anos de 2003 e 2004, estagiei como Brazilian Visiting Fellow no David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard. Lá cheguei com um projeto para desenvolver uma história da arqueologia, da antropologia e das ideias sobre a origem do homem no continente americano. Este era um projeto que se conectava com meu estudo anterior, a respeito do General Couto de Magalhães, que redundou na publicação de diversos artigos (que depois revistos compuseram parte da minha tese de Livre-Docência de 2005) e no “Diário Íntimo do General Couto de Magalhães em 1998). Estes trabalhos me haviam sensibilizado sobre a questão da Amazônia, da entrada dos capitais nacionais e estrangeiros que na segunda metade do século XIX haviam animado a burocracia ilustrada do Império a investir na ampliação dos meios de transporte, com capitais nacionais ou associados a estrangeiros. Buscando ampliar esta perspectiva, comecei a buscar nos arquivos da Harvard notícias sobre diferentes expedições etnológicas e assemelhadas. Eu já vinha há bastante tempo alimentando interesse também sobre as narrativas de viagem, as quais eu acreditava, precisavam ser amplamente revistas sob novas luzes. Como eu havia trabalhado na finalização da tradução do livro de Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes*⁷, eu vinha pensando bastante em como recolocar a questão dos livros de viagem.

Neste contexto, ao visitar em pesquisa a coleção de papéis do Houghton Archives, da própria universidade na qual eu estagiava, encontrei a coleção de papéis de William James. Foi ele aluno da Escola de Medicina da Harvard, pupilo do famoso cientista – e racista inveterado – Louis Agassiz. Mais tarde, James se tornou um filósofo seminal ao pensamento norte-americano, com sua doutrina do Pragmatismo. Estes documentos eram entusiasmantes e me levaram a abrir toda uma nova perspectiva⁸. Nos anos seguintes, me dediquei a levantar

⁷ PRATT, Mary Louise. *Imperial Eyes: travel writing and transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.; PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSP, 1999.

⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. *O Brasil no olhar de William James: cartas, diários e desenhos (1865-1866)*. São Paulo: EDUSP, 2010.

toda a documentação sobre a Expedição Thayer ao Brasil (1865-6) no próprio Houghton, mas também no Museum of Comparative Zoology e no Peabody Museum, todos da Harvard. Comecei a também me aprofundar nas relações entre EUA e Império do Brasil, já que há vasta correspondência de Pedro II com intelectuais estrangeiros, sobretudo com os da Nova Inglaterra. Misturados a troca de gentilezas e ideias científicas ou “cientificizantes”, tão comuns aos intelectuais do XIX, encontravam-se também interesses econômicos e diplomáticos, nem sempre claros. Todo este esforço me levou a ampliar o debate, pensando nos interesses do Sul e do Norte norte-americano antes e depois da Guerra Civil como uma questão fundamental para acompanharmos o desenvolvimento de ideias de raça, de destino nacional, de teorias climáticas, de investimentos e econômicos e, mais ainda, sobre como esta troca de ideias a respeito dos destinos nacionais. Assim, países tropicais com população negra e mestiça como o Brasil, deveriam, segundo muitos, manter sistemas de trabalho escravo ou dependentes, acolhendo populações inferiorizadas pelas teorias raciais. Este foi o caso, exatamente, das teorias divulgadas por Matthew Fontaine Maury e seus seguidores, a respeito da Amazônia, no contexto da expansão do Sul dos EUA em direção a América Central, Cuba, Amazônia, antes da resolução da expansão territorial em direção ao México. Com isto, eu estava retomando as ideias de Nícia Vilela Luz, *A Amazônia para os Negros Americanos. Origens de uma Controvérsia Internacional*⁹, que é um livro de grande interesse, mas que ficou pouco conhecido. Se o ponto de vista de Nícia era a diplomacia, o meu era o da troca de ideias e projetos a respeito das emancipações nas Américas e do lugar dos futuros libertos no mundo pós-escravidão. Notei, desta forma, que, apesar de aparentemente pouco influente no problema da abolição no Brasil, a Amazônia, com seus trabalhadores indígenas, caboclos, cafuzos, africanos e crioulos, escravizados ou submetidos a formas de trabalho compulsório, haviam jogado um papel seminal na reflexão sobre os limites da emancipação e superação da escravidão.

Este trabalho aparece na minha tese de Livre-Docência cuja ambição principal residia “na recuperação dos processos sociais que sustentaram a elaboração de novas formas de ver o mundo que passava a deslocar-se na velocidade do vapor e que, em conexão com as possibilidades de deslocamento, enfrentava o desafio de repensar a própria distribuição geográfica, populacional e política das populações subalternas. Não foi por acaso que a inauguração dos trens e dos vapores como meio de transportes de massa coincidiu com a ascensão dos movimentos abolicionistas nas Américas e com a emergência dos desafios de se conceber novos paradigmas que conduzissem as relações sociais no período pós-emancipação que se avizinhava. As viagens e a literatura de viagem do período são, entre outras coisas, produtos destes deslocamentos geográficos e de perspectiva. Assim, em “Brasil a Vapor. Raça, Ciência e Viagem no século XIX”, o vapor aparece como metáfora dos muitos deslocamentos vividos – geográficos, políticos, ideológicos e sociais – que o mundo do movimento rápido instaurou a partir de meados do XIX”. Nesta empreitada, voltei-me para análise do livro de William Herndon, o marinheiro norte-americano que peregrinou dos Andes ao Pará entre 1851-52 e “imaginava derrubar a floresta, se livrar dos índios, enforcando-os e povoar a Amazônia com negros escravos” – de preferência com aqueles que já viviam nos estados sulistas dos EUA¹⁰. Desta forma, pensava ele, se mataria dois coelhos com uma cajadada só: livrava os EUA da “maldição das raças” e beneficiaria o Brasil, país tropical, com os cidadãos que supostamente melhor se adaptavam às suas circunstâncias naturais. O mentor deste plano visionário era também um homem dos mares, Matthew Fontaine Maury -

⁹ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os Negros Americanos. Origens de uma Controvérsia Internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

¹⁰ HERNDON, William Lewis. *Exploration of the Valley of the Amazon*. Washington: Robert Armstrong, public printer, 1853

inventor do telégrafo submarino e do torpedo naval – além de sulista ardoroso. Pensando em sua amada Virgínia, ameaçada de sucumbir ao peso de escravos e abolicionistas, Maury elaborou o plano de transferir os negros do sul dos EUA para a Amazônia, onde eles poderiam produzir os bens tropicais a serem transportados pelos vapores norte-americanos (a bem dizer, sulistas), que singrariam o Amazonas, desembocando no mar do Caribe e de lá seguiriam para o Golfo do México¹¹. A análise desse contexto redundou na publicação de artigos e no livro *Brazil Through the Eyes of William James*, que foi publicado pelo próprio David Rockefeller Center for Latina American Studies e pela Harvard University Press em 2006.

De lá para cá, venho orientando trabalhos que complementaram e verdadeiramente expandiram este horizonte mostrando que as conexões entre os mundos do trabalho dependente/compulsório/escravo na Amazônia e os destinos políticos e diplomáticos brasileiros estão amplamente conectados. Cito especialmente os trabalhos de Maria Clara Carneiro Sampaio, “Não Diga que Não Somos Brancos: Os Projetos de Colonização do Governo Lincoln na Perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil”, Ano de obtenção: 2014. (tese de doutorado/2014), o de Luciana Brito, “As interpretações norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista” (tese de doutorado Prêmio Menção Honrosa Capes, 2014), Clícea Miranda, que atualmente finaliza a redação de sua tese de doutorado, a ser defendida ainda em 2017, “Abolição em perspectiva transnacional: ecos da Guerra Civil Americana no Brasil (1861-1888) e de Antonio Alexandre Isidio Cardoso, “O Eldorado dos deserdados: indígenas, escravos, migrantes, fugitivos e a expansão rumo ao oeste amazônico. (1850-1880)”, ambos bolsistas FAPESP. Estes trabalhos vêm ampliando o caminho que iniciei em 2003, abrindo uma perspectiva mais ampla em termos da inserção do trabalho e das ideias raciais a respeito do trabalhador no Brasil, especialmente na Amazônia, do ponto de vista da ciência racial, da expansão do Estado Nacional com suas veleidades de integração territorial e da emancipação. Busca mostrar também como diferentes grupos sociais, raciais e nacionais reagiram e resistiram frente ao seu enquadramento enquanto trabalhadores dependentes e inferiorizados pelas ascendentes teorias raciais, que contaminaram a Europa e os EUA entre o último quartel do século XVIII e a segunda metade do XIX, quando chegam a nós, no período pós-abolição.

¹¹ MAURY, Matthew Fontaine. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*. Washington: F. Taylor, 1853.